



Número: **0002847-85.2016.8.15.0271**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Picuí**

Última distribuição : **22/03/2017**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE SANTOS DA MATA (AUTOR)		NILO TRIGUEIRO DANTAS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
20754 499	24/04/2019 11:09	[VOL 1][Petição Inicial]	Petição Inicial
23476 999	13/08/2019 16:26	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
28103 238	09/02/2020 11:20	Expediente	Expediente
28703 263	03/03/2020 08:34	Petição pagamento custas 80%	Petição
28703 266	03/03/2020 08:34	2.JoseSantosMata_Pagamento Custas 80 por cento	Outros Documentos
28703 267	03/03/2020 08:34	3.JoseSantosMata_Demonstrativo Custas	Documento de Comprovação
28703 268	03/03/2020 08:34	4.JoseSantosMata_Custas quitadas	Guias de Recolhimento/ Depósito/ Custas
32555 141	23/07/2020 08:20	Despacho	Despacho
32738 324	28/07/2020 22:45	Mandado	Mandado



TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

GERÊNCIA DO FÓRUM
Recebido em 16/12/2016
às 09:00 horas
JP

02
m

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA PICUÍ- ESTADO DA PARAÍBA

0002847-85.2016.815.0271



JOSÉ DOS SANTOS DA MATA, brasileiro, casado, agricultor, portador da Carteira de Identidade nº.1.998.161 SSP/PB do CPF nº. 031.840.394-39, residente e domiciliado na Rua José Domingos de Oliveira, 43, Cenecista, Picuí- PB, vem por meio de seu procurador, Advogado "in fine" assinado, com endereço profissional na Av. Getúlio Vargas, 75, Centro, Picuí – PB onde recebem intimações, mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 3º da lei 6.194/74 propor:

AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT c/c REPARAÇÃO DE DANOS

em face da **Seguradora Lider -DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, podendo ser intimada através de seu Departamento Jurídico localizado endereço localizado na Rua Senador Dantas, 74/14º andar, Centro de Rio de Janeiro, CEP: 20.31-205, pelas razões de fato e de Direito a seguir articuladas:

PRELIMINARMENTE

Preliminarmente, requer de Vossa Excelência que seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, visto que, a promovente é pobre na forma da lei, sendo desprovido de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de

1

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

03
jun

honorários de advogado. Nessa linha de pensamento, a 4ª. Turma do Egrégio Superior Tribunal de Justiça é assente na matéria, tendo aduzido: *"a simples declaração firmada pela parte que requer o benefício da assistência judiciária, dizendo-se 'pobre nos termos da lei', desprovida de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado, é, na medida da presunção iuris tantum de veracidade, suficiente à concessão do benefício legal. (05. 4ª. Turma, STJ, Rec. Esp. 38124-0, 20/10/93, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, RJSTJ 6/412)." Além do que a Constituição de 1988, sensível à realidade social do país, inseriu como "direito e garantia fundamental" do povo brasileiro, o livre acesso ao Judiciário. Como a todo direito corresponde uma obrigação, temos que ao Estado compete fornecer os meios necessários de acesso à justiça de todos aqueles que dela necessitar. Portanto, nada mais resta a esse nobre magistrado seguir por esse entendimento.*

DOS FATOS

Cumpramos ressaltar inicialmente que no dia 02/04/2015, por volta das 18h00min, o requerente foi vítima de acidente de trânsito, quando conduzia sua bicicleta pelo acostamento da estrada que liga o município de Frei Martinho -PB a Picuí, próximo da cerâmica de "Zé de Doca", quando foi atropelado por uma motocicleta, conduzido por um menor, identificado como Italo Ramon Silva de Araújo, e, depois de ter caído ao chão, foi atropelado novamente, por outra motocicleta conduzida por Fernando de Oliveira Sousa. Depois do ocorrido, o autor foi socorrido pelo SAMU e levado para o Hospital Regional de Picuí, onde foi submetido a tratamento cirúrgico e permaneceu dois dias internado. Que de devido ao acidente, o autor sofreu fraturas no braço esquerdo.

Ressalta-se que, segundo o Boletim de Ocorrência nº. 007 expedido pela Polícia Militar de Picuí/PB, o requerente no momento do acidente conduzia uma bicicleta.

Também informa a documentação em anexo, que logo após a ocorrência do acidente, o requerente foi socorrido pelo SAMU e levado para o Hospital Regional de Picuí, onde permaneceu internado por dois dias, mas permaneceu afastado de suas atividades habituais por 120(cento e vinte) dias.

É tanto que o autor em 31/07/2015 requereu, na esfera administrativa, o pagamento da indenização do Seguro Obrigatório Dpvt junto a uma seguradora consorciada da requerida (Aruana Seguradora S.A.), sob sinistro nº. 3150672330, tendo tal procedimento extrajudicial se exaurido, tendo em vista que o Sinistro foi cancelado pois a perícia foi negada pela seguradora razão pela qual só restou ao mesmo recorrer ao judiciário para ter seu direito a receber tal indenização, conforme se infere no documento em anexo.

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

04
m

Logo, nos leva a concluir que pelos danos causados a vítima, esse nobre juízo deve reconhecer tal direito e fazer com que a ré efetue o pagamento no valor de 70% do valor integral da indenização do seguro obrigatório, R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que segundo o art. 3º da lei 6.194/74, inciso II, o qual é no valor de R\$ 9.450 (nove mil e quatrocentos e cinquenta reais). Razão pela qual essa presente ação foi proposta.

DO DIREITO

A indenização do seguro obrigatório DPVAT é bastante consagrada em nosso ordenamento jurídico, e, é de tal forma regida pela Lei nº. 6.194/74, a qual é a norma disciplinadora desse respectivo seguro, ela prenuncia que a indenização será paga as vítimas de acidente de trânsito que venham a morrer, a sofrer invalidez permanente em algum órgão ou membro, ou até mesmo aquela pessoa que só venha a receber cuidados médicos. Logo, tais situações se encontram denotadas no art 3º, após a vigência da medida provisória nº. 340/06, desta referida lei:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de invalidez permanente;

e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) como reembolso à vítima no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”

Logo, como é explanado por tão nobre artigo, a lei garante o direito de receber uma indenização como prêmio desse seguro. De antemão, deve ser condenada tanto à promovida bem como qualquer outra seguradora que opere com o seguro obrigatório.

Por conseguinte, dispõe a lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que o valor correspondente ao pagamento da indenização do seguro DPVAT deverá seguir a tangência do art. 3º desta referida lei, cujo diz que o quantum deverá ser de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de morte ou invalidez permanente. Logo, como o requerente ficou inválido deveria receber o valor total da indenização de acordo com o que é renunciado pela Lei 6194/74, e, não o pagamento parcial que foi feito pela requerida.

Ademais, o art. 5º da Lei 91694/74 é claro ao enunciar que:





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

05
mm

"Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado."

Destarte, a norma que rege o seguro DPVAT, a Lei nº 6.194/74, determina em seu art. 5º que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente, do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida ainda qualquer franquia por parte do segurado.

A jurisprudência também é pacífica nesse sentido:

134005755 – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA – DESNECESSIDADE DA PROVA DA CULPA – À seguradora, cumpre pagar, por força de lei, o valor indenizatório ao cônjuge da pessoa vitimada em acidente de veículo, coberto pelo seguro obrigatório de danos pessoais. O recebimento dos valores pertinentes ao seguro obrigatório independe de qualquer comprovação ou pesquisa sobre a culpa do condutor do veículo causador do dano, já que, decorrendo do Decreto-Lei nº 73/66, cuida de responsabilidade objetiva que, como tal, prescinde da coexistência do elemento culpa. É computável a correção monetária sobre os valores devidos, calculada a partir da data do efetivo desembolso das despesas, além dos juros de 0, 5% ao mês contados a partir da citação. (TAMG – AP 0345692-6 – (51746) – Contagem – 3ª C.Cív. – Relª Juíza Jurema Brasil Marins – J. 03.04.2002)

6027440 - PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. Cálculo da indenização fixada de forma equivocada. Retificação de ofício. Inteligência do art. 463, I do CPC. Salário mínimo adotado para fixar o valor da indenização e vigente à época do evento danoso. Legalidade. Inteligência da Lei nº 6.194/74. Inaplicabilidade das resoluções do cnps. Princípio da hierarquia das Leis. Honorários aplicados em atendimento ao disposto § 4º do art. 20 do CPC. Desprovisionamento da apelação. Manutenção da sentença. Lei

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

06
mm

nº 6.194/74. Art. 5º. "o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. ". A norma que regula o seguro obrigatório de danos pessoais é uma Lei em sentido formal, que, pelo princípio da hierarquia das Leis, não pode ser revogada por resolução. (TJ-PB; AC 200.2005.001265-3/002; Rel. Des. Genésio Gomes Pereira Filho; DJPB 30/07/2009; Pág. 9) CPC, art. 463 CPC, art. 20

Logo, por essas provas apresentadas, fundamentadas e legítimas já se evidencia e prontamente se percebe o direito do autor em receber o prêmio do seguro DPVAT, pois, como já fora explicitado anteriormente na norma legal, o pagamento da indenização será devida mediante a simples ocorrência do acidente e do dano dela decorrente.

Noutro diapasão, é bom que se traga à baila que em virtude do sinistro do requerente ter acontecido no ano de 2015, o pedido autoral deverá obedecer as normas em vigor na época, principalmente de acordo com a alteração ocorrida na Lei 6194/74 trazidas pelas leis 11.482/2007 e 11945/2009.

Logo, diante de tamanha alteração, podemos acentuar que a indenização por invalidez deverá variar de acordo com o grau da lesão e da extensão da incapacidade funcional apresentada pelo autor/vítima, que refletirá em dano corporal, este sim indenizável.

Ademais, o aspecto interativo para que haja cobertura é que a invalidez seja de Caráter permanente e fique caracterizado o nexo entre o acidente noticiado a consequente invalidez.

Outrossim, vejamos a nova redação do § 1º do art. 3º conferida pela MP 451/2008, convertida posteriormente na Lei 11945/2009:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

...

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

07
am

não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Destarte, que o anexo ao art. 3º da Lei nº 6.194/74, explicita nos dias atuais o valor da indenização a ser recebida pelo(a) promovente de acordo com a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual em tal anexo estabelecido. Vejamos:

ANEXO

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre	

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com



OK
ma





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

09
jun

deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	100% (CEM POR CENTO)
Lesões de órgãos e estruturas craniofaciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70%
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70%
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50%
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25%
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25%
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10%
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10%
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50%
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25%
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10%

Portanto, diante do enunciado no inciso I do parágrafo primeiro do art. 3º da Lei 6194/74, e principalmente de acordo com o que explicita o anexo da referida Lei, o promovente faz jus a indenização por invalidez permanente em decorrência **das sequelas no braço esquerdo (70% setenta por cento)** do valor referente a uma invalidez permanente total que é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), razão pela qual deverá o mesmo ser indenizado no quantum base de **R\$ 9.450,00(nove mil, quatrocentos e cinquenta mil reais)** referente a sua perda funcional.

Por conseguinte, vale indicar a este juízo que, segundo a própria lei 6194/74, o IML é o órgão competente para a verificação e caracterização da perda funcional do membro lesado e da irreversibilidade da lesão ocasionada pelo acidente de trânsito. No entanto, é notório e cediço por todos que nesta Comarca não existe tal órgão, e, como tal, a produção da perícia médica judicial torna-se prova necessária ao deslinde dessa presente ação e a consequente comprovação da invalidez permanente apresentada pela autora.

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

10
mm

Destarte, a violação do direito do Autor, no caso em tela é patente, tendo por consequência o ato ilícito a ser reparado, segundo a luz do art. 186 do Código Civil Pátrio, in verbis:

"Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito."

O instituto da responsabilidade civil é parte integrante do direito obrigacional, pois, a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que acarreta o dever de reparar o dano causado, sendo este de natureza pessoal que se resolve em perdas e danos.

Assim entende os nossos tribunais:

"AÇÃO INDENIZATÓRIA – SEGURO DPVAT – FALTA DE INTERESSE DE AGIR – ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA – DESNECESSIDADE – PRELIMINAR – REJEIÇÃO – DUT – PROVA DO ACIDENTE E DO DANO – INDENIZAÇÃO DEVIDA – 1) não falta interesse de agir àquele que não espera a solução administrativa do pagamento do valor, mormente quando a seguradora retarda na análise da documentação enviada pelo beneficiário do seguro. 2) a não obrigatoriedade de apresentação do dut para recebimento de indenização precede a vigência da lei nº 8.441/92. A lei nº 6.194/74, por não conter tal exigência, estabelece apenas que a indenização será paga mediante a simples prova do acidente e do dano decorrente. (TAMG – AC 0389923-4 – (71202) – 5ª C.Civ. – Rel. Des. Elias Camilo – J. 08.05.2003)"

Ainda no que tange ao recebimento da indenização, devemos ressaltar a questão da correção monetária deverá incidir a partir da data do ajuizamento da ação (distribuição), e, os juros deverão contar desde a data da citação da seguradora sinistro, o que é concretizado em nosso ordenamento jurídico e principalmente de forma majoritária em nosso Tribunal de Justiça da Paraíba, conforme explicita a jurisprudência abaixo em epigrafe:

11545910 - AGRAVO REGIMENTAL. CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPLEMENTAÇÃO DE PAGAMENTO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO DA SEGURADORA. 1. Na ação de cobrança para complementar o pagamento de indenização

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

11
mm

do seguro obrigatório (DPVAT), os juros de mora incidem a partir da data de citação da seguradora. 2. Agravo regimental desprovido. (Superior Tribunal de Justiça STJ; AgRg-REsp 1.060.421; Proc. 2008/0112451-7; SP; Quarta Turma; Rel. Min. João Otávio de Noronha; Julg. 28/04/2009; DJE 11/05/2009)

56023750 - PROCESSUAL CIVIL. CONTRA-RAZÕES. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DPVAT. PRELIMINAR. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. AFRONTA. AUSÊNCIA. RAZÕES DISSOCIADAS DO QUE RESTOU DECIDIDO. INEXISTÊNCIA. REJEIÇÃO. Não estando as razões do apelo dissociadas do que restou decidido na sentença, não há que se falar em afronta ao princípio da dialeticidade. Processual civil. Apelação. Ação de indenização. DPVAT. Preliminar. Ausência de interesse processual. Pedido na esfera administrativa. Art. 5º, XXXV, da CF/88. Rejeição. A Constituição Federal, fonte da qual emanam todos os princípios a serem observados pela legislação infraconstitucional, garantiu a todos a inafastabilidade jurisdicional, sempre que houver lesões ou ameaças de lesões a direito. Civil. Apelação cível. Ação de cobrança. Seguro DPVAT. Acidente automobilístico. Invalidez permanente. Deficiência em grau mínimo. Prova robusta. Nexo causal comprovado. Indenização devida. Incidência do art. 3º, b, da Lei nº 6.194/ 74. Indexação do salário mínimo. Possibilidade. Correção monetária. Incidência. Data do sinistro. Inaplicabilidade. Adequação. Data do ajuizamento da ação. Provimento parcial. Dada a natureza do pleito indenizatório securitário, afigura-se totalmente desnecessário prévio requerimento administrativo objetivando posterior ajuizamento de ação de cobrança. A Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPVAT), foi alterada, em alguns dispositivos, pela Lei nº 8.441/92, sem, todavia, modificar o art. 5º do aludido diploma legal, que impõe o pagamento da indenização mediante a prova do acidente e do dano ocorrente. Em consonância com a iterativa jurisprudência do STJ, nas ações em que se busca o valor integral de indenização

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

12
mm

decorrente do seguro obrigatório. DPVAT -, por se tratar de ilícito contratual, a correção monetária, será a partir do ajuizamento da ação. (TJ-PB; AC 083.2006.001412-9/001; Cacimba de Dentro; Rel. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos; DJPB 05/02/2009; Pág. 5) CF, art. 5

56028438 - SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINARES. Falta de interesse processual e de documento imprescindível ao exame da questão. Rejeição das prefaciais. Amputação da falange distal do 2º e 3º quirodáctilos da mão direita. Fixação da indenização no máximo legal. Impossibilidade. Provimento parcial. De acordo com o princípio da inasfastabilidade do poder judiciário em que não será excluída de sua apreciação nenhuma lesão ou ameaça a direito, pode o autor, amparado na Constituição Federal, pleitear seus direitos judicialmente, independentemente do exaurimento das vias administrativas. De uma breve análise dos elementos probatórios, vê-se que o promovente colacionou os documentos que entendeu suficientes à apreciação da questão de mérito objeto da demanda, a fim de que o julgador pudesse concluir pela eventual procedência ou improcedência do pedido. Nos termos do disposto no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, a seguradora está obrigada a indenizar o DPVAT, bastante a simples prova do acidente automobilístico e do dano decorrente, do qual resultou com danos pessoais, levando-se em consideração a tabela respectiva para cálculo em caso de invalidez permanente. Inocorrendo requerimento administrativo, visando receber o DPVAT, a correção monetária deve se dar da data do ajuizamento da ação os juros moratórios de 1% ao mês da citação, se o acidente ocorreu após a vigência do novel CC. (TJ-PB; AC 200.2008.018.7418/001; Rel. Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira; DJPB 16/10/2009; Pág. 7)

Logo, está satisfeito a promovente de que não tem mais a que buscar, a Promovida, além de demonstrar de forma equivocada que não tem interesse em pagar o seguro DPVAT e não encontrando outro caminho, vem invocar a Tutela Jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário para dirimir tal conflito.





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

13
uma

III - DOS PEDIDOS

ANTE AO EXPOSTO, requer a Vossa Excelência, com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, nos arts. 5º e 3º, "II", ambos da lei nº. 6.194/74, a procedência da presente, bem como:

a. A condenação da promovida ao pagamento da indenização em epígrafe, com base no montante **R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)**, conforme preceitua o inciso I do § 1º e inciso II do art. 3º da Lei 6194/74, referente à indenização por invalidez permanente sofrida pelo promovente **no braço esquerdo** de uma invalidez permanente total. No entanto, caso tal incapacidade seja parcial que se apure o seu respectivo grau percentual.

b. Seja citada a Promovida através de AR, no endereço declinado, nos termos do art. 246, I do CPC, para querendo, apresentar contestação, produzir provas e requerendo, sendo o caso de prova pericial, com a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.

c. Seja designada audiência de conciliação, e, em ato contínuo a de instrução e julgamento.

d. Requer que lhe seja concedido os benefícios da justiça gratuita nos termos da Lei 1.060/50.

e. Que seja acrescido e aplicado ao valor da condenação, juros moratórios a partir da data da citação e correção monetária retroativa à data do ajuizamento desta.

f. Seja condenada a demandada em honorários advocatícios, em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, visto que o autor é beneficiário da Justiça Gratuita, conforme enuncia o §1º do art. 11 da Lei 1060/50.

g. Seja o autor submetido a perícia médica judicial, devendo tal perito seguir os quesitos no anexo 01 enunciados, bem como os elaborados pela parte ré e/ou pelo juízo, devendo os honorários periciais correrem as custas da parte vencida ao final da ação.

Protesta ainda provar a promovente por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente por provas documentais e testemunhais.





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

14
mm

Dá-se à causa o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais).

Nesses Termos,
pede deferimento.

Picuí – PB, 10 de maio de 2016.

NILO TRIGUEIRO DANTAS
OAB-PB/13220





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

15
mm

Anexo 01

QUESITOS

- 1) *Se existe nexa causal entre o acidente noticiado na peça inicial e as lesões produzidas no Autor?*
- 2) *Se houve diminuição ou perda de função de algum órgão do periciado e se estes órgãos foram lesionados em função do acidente automobilístico?*
- 3) *Se houve invalidez. Em caso afirmativo, se a invalidez é total ou parcial?*
- 4) *Se a invalidez for parcial, ela é completa ou incompleta?*
- 5) *Se parcialmente incompleta, qual o percentual a ser utilizado com relação à redução proporcional da incapacidade permanente? Onde nesse quesito deverá o Sr. Perito se utilizar dos percentuais enunciados pelo inciso II do § 1º da Lei 6194/74: "75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa; 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão; 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, e ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais".*





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

16
mm

Anexo 02

Anexo do art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100% (CEM POR CENTO)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10



17
am**ARUANA SEGUROS DPVAT****SINISTRO: 3150672330**

ARUANA SEGURADORA S/A (cód: 2119) Visão Geral em 19/04/2016 SINISTRO: 3150672330 Data de Cadastro no Sistema: 31/07/2015	Dep. Líder: Dependência: 216 JEM REGULADORA DE SINISTROS LTDA RUA AMINTAS BARROS, 3137 LJ 03/BLOCO 1 - CENTRO COMERCIAL ABBAS CENTER 59063-350 - LAGOA NOVA NATAL - RN Fone: (84) 3343-0117 E-mail:
Processo sem movimentação de RCO ou ASL	
Origem: 216 00 31	
Vítima: JOSE SANTOS DA MATA End: RUA JOSE DOMINGOS DE OLIVEIRA , 43 Bairro: CENESISTA Cidade: PICUI	CEP: 58187000 UF: PB
Código do Beneficiário: 1 - Vítima Data de Nascimento: 11/03/1947 Data do Acidente: 02/04/2015 Código do Veículo: 00 - Veículo Não Identificado	CPF: 03184039439 Natureza: 2

Pré-Cadastro sem históricos!

Históricos relativos ao Sinistro Nº 3150672330

Data	Histórico
04/08/2015 16:02:02	[Informado pela Seguradora Aruana] - Processo enviado para a Seguradora Líder
05/08/2015 08:58:50	Sinistro Cancelado pela Seguradora Líder

* Nenhum lançamento de pagamento encontrado para o Sinistro nº 3150672330.





NILO TRIGUEIRO DANTAS

18
mm

PROCURAÇÃO PARA O FORO EM GERAL

O (a) Outorgante José dos Santos da Mata
brasileiro (a), Cobrado, agricultor, portador(a) do RG nº.
1.998.161 expedido por SSP/PB em 17/10/2014 e do CPF nº.
031.840.394-39, residente na(o) _____
Rua José Domingos de Oliveira, município de
Picuí - PB, pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e
constitui seu bastante procuradores e advogados os Bels. **NILO TRIGUEIRO DANTAS – OAB/PB**
13.220 e **DIJANIELLYESON MONTEIRO NOBREGA – OAB/PB 17068**, brasileiros, casados,
advogados, com endereço profissional no Empresarial Evanisa Dantas, localizada na Avenida
Getúlio Vargas, nº 75, Centro, Picuí-PB, fone (0**83) 3371-2274, ao qual confere poderes para o
foro em geral, nos termos do art.38, inclusive parte final do código de Processo Civil, podendo
confessar, transigir, desistir, receber e dar quitações, firmar compromissos, prestar primeiras e
últimas declarações, acompanhá-lo(a) em todos os seus termos, impugnar créditos ou concordar
com os mesmos, representá-lo(a) perante qualquer Juízo, instância ou Tribunal, repartições
públicas, federais, estaduais, municipais, conjunto ou separadamente, bem como substabelecer
com ou sem reservas de poderes.

Picuí-PB, 16 de Dezembro de 2014.

José dos Santos da Mata
Outorgante

Av. Getúlio Vargas, 75, Centro
Picuí - PB
CEP. 58.187.000
E-mail: nilotdantasadv@yahoo.com.br



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.998.161 -2 VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 17/10/2014

NOME JOSÉ SANTOS DA MATA

FILIAÇÃO LADELINO GERMANO DA MATA
SEBASTIANA ALICE SANTOS DA MATA

NATURALIDADE PICUI-PB DATA DE NASCIMENTO 11/03/1947

CASAM N. 3600 FLS. 13 LIV. B 17
CARTÓRIO PICUI PB

031.840.394-39

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

V-02
P-096

19

José Santos da Mata

MAIOR DE 65 ANOS

CARTEIRA DE IDENTIDADE



MARIA DA: MERCES DO NASCIMENTO
RUA JOSE DE OLIVEIRA, 43 - CENEZISTA
P.O. BOX 58187000 (AG: 80)

Classificação: RESIDENCIAL / BARRA RENDA MONOFÁSICO
Roteiro: 11 - 10 - 535 - 1310
Vendedor: 10000615312

Referência: Fev/2015
Emissão: 18/02/2015

ENERGISA PARANÁ - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Br 290, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa/PB - CEP 58071-890
CNPJ 08.065.183/0001-40 - Ins. Est. 16.015.029/1
Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 000 767 586
Código para Débito Automático: 00000023868

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesso: www.energisa.com.br

Endereço: 8078 e 387 5313 1778 83cc e 917 866 8a02

Conta referente a: CDE (Código de Gerenciamento) 5-502-385-3

Fev '2015

Canal de contato

Apresentação

18/02/2015

Data prevista da próxima leitura

19/03/2015

CPE/CNPI/RANI
12/11/305472

Cálculo de consumo

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
18/01/15	5859	18/02/15	5843	1

Sistema de Medição

Consumo em kWh
3 DA 19/02/2015 PAGAS
OBRIGADO

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo até 90kWh-BR	30	0,12673	3,80
Consumo - 31 a 100kWh-BR	54	0,21726	11,73
Adic. B. Vermelha			1,26

IMPOSTOS E ENCARGOS

PIS	0,18
COFINS	0,80
CONTRIBUIÇÃO ILLUM PUBLICA	4,05
JUROS DE MORA 12/2014	0,02
MULTA 12/2014	0,53
ICMS (Base de Cálculo R\$ 48,00 Alíquota 25,00%)	11,50

Histórico de Consumo (kWh)

Jan/15	91
Dez/14	78
Nov/14	88
Out/14	83
Sep/14	85
Ago/14	87
Jul/14	97
Jun/14	92
Mai/14	105
Abr/14	82
Mar/14	93
Fev/14	100

Média dos últimos meses
88 kWh

VENCIMENTO

26/03/2015

TOTAL A PAGAR

R\$ 34,00

Indicadores de Qualidade

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
12/2014 - Pior		
100% MENSAL	0,00	NOMINAL 220
100% TRIMESTRAL	0,00	CONTRATADA 201
100% ANUAL	0,00	LIMITE INFERIOR 231
100% MENSAL		LIMITE SUPERIOR 231
100% TRIMESTRAL		
100% ANUAL		
100% MENSAL		
100% TRIMESTRAL		
100% ANUAL		

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. de Energia PB	8,85	26,15
Compra de Energia	8,50	25,29
Serviço de Transmissão	0,58	1,71
Encargos Setoriais	0,79	2,29
Impostos Diretos e Encargos	17,19	50,59
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	34,00	100,00

Valor do encargo do Uso do Sistema de Distribuição
(Rel. 12/2014) R\$ 7,38



Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS - 24/04/2019 11:07:38

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904241109100000000020187466

Número do documento: 1904241109100000000020187466

21
m

DECLARAÇÃO
(Lei 7.115)

Eu, Jose dos Santos da Mata
brasileiro(a), casado agricultor, portador do
RG nº 1.998.161 expedido por SSP/PB e do CPF nº
039.840.394-39 residente na(o)
Rua José Domingos de Oliveira município
de Picuí - PB, declaro, nos precisos termos do art. 1º da lei nº 7.115
de 29 de março de 1983 (lei da dispensa de custas
processuais, **QUE SOU POBRE NA FORMA DA LEI**, cuja situação econômica não me
permite pagar custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento
próprio ou da família, **BEM COMO QUE RESIDO NO ENDEREÇO ACIMA**
ENUNCIADO.

Declarando ainda, ser conhecedor (a) das sanções civis, administrativas e
criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.

Picuí - PB, 15 de Dezembro de 2014.

Jose Santos da Mata

DECLARANTE
(A raso de não conhecer nem escrever)

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983
DOU 30/8/1983

Dispõe sobre prova documental nos casos que incluem a lei sobre prova documental.
O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A declaração destinada a fazer prova de situação econômica, hominímia ou bons antecedentes, quando
firmada pelo próprio interessado ou por procurador habilitado nos autos da causa, presume-se verdadeira.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. 2º Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

Art. 3º A declaração mencionada expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1983; 167ª da Independência e 117ª da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrahim Abi-Jackel/Helcio Beltrão



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, José Santos da Mata,
RG nº 1.998.161, data de expedição 17/10/2014 Órgão
SSP/PB, CPF nº 031.840.394-39, venho perante a este
instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em
meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo
descrito:

Logradouro (Rua/Avenida/Prça)	<u>Rua José Domingos de Oliveira</u>
Número	<u>43</u>
Apto / Complemento	
Bairro	<u>Penha</u>
Cidade	<u>Picuí</u>
Estado	<u>PB</u>
CEP	<u>58.187-000</u>
Telefone de Contato	<u>83) 3371-2274/ 9912-5490/ 9104-9190/ 8852-4690</u>
E-mail	<u>nilotdantas@hotmail.com</u>

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Picuí, 14, 21/01/15

Assinatura do Declarante: José Santos da Mata



DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

23
mm

Eu, José Santos da Mata, portador da carteira de identidade nº 1.998.165 e inscrito no CPF/MF sob o nº 033.840.394-39, residente e domiciliado na Rua José Domingos de Oliveira, Cidade Picuí, Estado PI, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- ☒ (x) Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
- () O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- () O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

José Santos da Mata

Assinatura do declarante
conforme documento de identificação

Picuí-PI, 21/07/15

Local e data





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
13ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL - PICUI/PB
DELEGACIA DE PICUI
Rua Coronel Manoel Lucas, nº 02 - Centro, Picuí/PB
CEP: 58.187-000 - Telefone: (83)3371-2324

32
b
24
mm

DEPOIMENTO DE TESTEMUNHA

Aos 17 dias do mês de Abril do ano de 2015, nesta cidade de Picuí/PB, na Delegacia de Polícia Civil, onde presente se encontrava a Bela. Dianni Regina de Barros Silva, Delegada de Polícia, aí por volta das 8h e 50min, compareceu o(a) Sr(a). **FERNANDO DE OLIVEIRA SOUZA, brasileiro, solteiro, agricultor, com 18 anos de idade, filho de Francisco Araújo de Souza e Terezinha de Oliveira Souza, Rua Dr. Cesar de Almeida, SN, Cenecista, Picuí-PB, RG nº 3.914.257 SSP/PB, testemunha compromissada na forma da lei e ciente das sanções penais a que está sujeita caso não declare somente a verdade de tudo que souber e lhe for perguntado**, inquirido (a) pela Autoridade Policial a respeito dos fatos ora em apuração, **RESPONDEU**: QUE 02/04/2015, quinta feira santa, por volta das 19h, o depoente vinha conduzindo sua moto HONDA POP 100, com seu amigo JUNIOR (José Luzenildo), e em outra moto POP 100, vinha seu amigo ITALO conduzindo e Alisson na garupa; QUE nas proximidades da cerâmica de Zé de Doca, na estrada que liga Picuí e Frei Martinho, o depoente e seus amigos voltavam do Sítio Serraria com destino a Picuí, quando no fim de uma subida, ITALO, que vinha a sua frente, colidiu com um homem que estava numa bicicleta; QUE o homem da bicicleta estava no mesmo sentido que o depoente e seus amigos, ou seja, vindo para Picuí, contudo, ele trafegava no meio da faixa; QUE ITALO colidiu com o ciclista e caiu da moto; QUE o depoente que estava logo atrás freiou sua moto, mas não teve como desviar de ITALO que estava deitado na pista, e acabou passando por cima do quadril dele; QUE o depoente também caiu de sua moto; QUE conseguiu levantar do chão, juntamente com seu amigo da garupa e com o garupa que vinha com ITALO; QUE ITALO e o homem da bicicleta ficaram no chão até a chegada do SAMU que os socorreu para o hospital local; QUE nem o depoente nem seus amigos haviam bebido antes de sair nas motos. Nada mais disse, mandou a autoridade encerrar o presente termo, que vai assinado pelo(a) depoente, pela autoridade policial e por mim escrivão que o digitei.

AUTORIDADE POLICIAL

DEPOENTE Fernando de Oliveira Souza

ESCRIVÃO





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
13ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL – PICUI/PB
DELEGACIA DE PICUI
Rua Coronel Manoel Lucas, nº 02 – Centro, Picuí/PB
CEP: 58.187-000 – Telefone: (83)3371-2324



TERMO DE DECLARAÇÕES DE MENOR

Aos 14 dias do mês de Abril do ano de 2015, nesta cidade de Picuí/PB, na Delegacia de Polícia Civil, onde presente se encontrava a Bela. Dianni Regina de Barros Silva, Delegada de Polícia, aí por volta das 14h e 45min, foi apresentado(a) o(a) menor ITALO RAMON SILVA DE ARAÚJO, 15 anos de idade, brasileiro, solteiro, estudante, nascido em 23/07/1999, filho de José Reginaldo de Araújo e Josefa Lima da Silva, residente na Rua Enaldo Macedo, 79, São José, Picuí-PB, acompanhado(a) de seu pai, e de seu Advogado, Dr. Wanderley José Dantas, OAB/PB 9622, inquirido(a) pela Autoridade a respeito dos fatos ora em apuração, RESPONDEU: QUE no último dia 02/04/2015, por volta das 19h, conduzia a motocicleta de seu pai, uma HONDA POP 100, de cor vermelha, quando nas proximidades da cerâmica de Zé de Doca, numa parte de subida da estrada, colidiu com um senhor que vinha numa bicicleta, no meio da pista, no mesmo sentido que trafegava o declarante, ou seja, de Frei Martinho para Picuí; QUE momentos antes o declarante estava no Sítio Serraria, zona rural desta cidade, em companhia de mais três amigos, pois foram num Sítio da localidade olhar uns porcos para comprar; QUE chegaram neste Sítio por volta das 17h e de lá voltavam para Picuí, quando ocorreu a colisão; QUE acha que trafegava numa velocidade média de 70km/h ou 60km/h quando ocorreu o acidente; QUE estava guiando a moto, com um amigo, Alisson, na garupa e em outra moto vinha logo atrás com os outros dois amigos, Fernando e Junior; QUE quando colidiu com a bicicleta, a moto pilotada por Fernando passou por cima do declarante, que também caiu; QUE seus amigos que estavam melhor condição de saúde, pediram ajuda a um rapaz que passava também de moto e este acionou o SAMU; QUE chegou a passar oito dias internado no hospital, mas não chegou a ser submetido a cirurgia; QUE pegou a moto sem consentimento de seu pai; QUE aprendeu a andar de moto com o veículo de um colega seu; QUE nunca havia sofrido nenhum acidente antes desse; QUE a moto que pilotava no dia do acidente, seu pai vendeu no dia seguinte ao fato. Nada mais disse, mandou a autoridade encerrar o presente termo, que vai assinada pelo declarante, pela autoridade policial e por mim escrivão que o digitei.

AUTORIDADE POLICIAL

DECLARANTE

PAI DO MENOR

ADVOGADO

ESCRIVÃO(O)





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
13ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL - PICUI/PB
DELEGACIA DE PICUI
Rua Coronel Manoel Lucas, nº 02 - Centro, Picuí/PB
CEP: 58.187-000 - Telefone: (83)3371-2324

08
4

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE PERITOS "AD HOC"

Aos 14 dias do mês de abril do ano de 2015, nesta cidade de Picuí, Município do Estado da Paraíba, no Gabinete desta Delegacia, onde presente se encontrava o Bel^o. Dianni Regina de Barros Silva, Delegada de Polícia, e comigo Escrivão seu cargo e ao final assinado, aí presente, JOSÉ SANTOS DA MATA, brasileiro, casado, aposentado, nascido aos 11/03/1947, natural de Picuí/PB, filho de Laudelino Germano da Mata e Sebastiana Alice Santos da Mata, residente na rua José Domingos de Oliveira, nº54, Bairro Cenecista, Picuí/PB, RG nº1.998.161, CPF nº 031.840.394-39, nomeia como peritos os médicos que ao laudo subscrevem, os quais prestando compromisso de bem e fielmente desempenharem o encargo e responderem aos quesitos formulados, descreverão a verdade sem dolo ou malícia do que encontrar.

LAUDO DE EXAME TRAUMATOLÓGICO

Examinando a pessoa acima descrita, passaram os senhores Peritos a responder aos quesitos na forma abaixo, e, em seguida, descreverem minuciosamente o que vislumbraram na examinada:

QUESITAÇÃO E RESPOSTA (pelos peritos):

1. Houve ferimento ou ofensa física? Sim
2. Qual meio que ocasionou? arma de fogo
3. Houve Perigo de Vida? nao
4. Resultou debilidade permanente de membro, sentido ou função? nao
5. Resultou incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias? Sim
6. Provocou aceleração de Parto? Prejudicado
7. Resultou perda ou inutilização de membro, sentido ou função? nao
8. Originou incapacidade permanente para o trabalho ou enfermidade incurável? nao
9. Resultou deformidade permanente? nao
10. Provocou aborto? Prejudicado

DESCRIÇÃO DA LESÃO (pelos peritos):

Ferimento certo - laceração extensa do lado D. e M. D. + fratura simples do fêmur E.

Nada mais havendo, determinou a Autoridade Policial que fosse encerrado o presente laudo que, lido e achado conforme, o assina com os peritos.

Renô Torres Macaúbas
Clínico Geral
CRM - 980

PERITO:

PERITO:





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
13ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL - PICUI/PB
DELEGACIA DE PICUI



TERMO DE DECLARAÇÕES

Aos 14 dias do mês de Abril do ano de 2015, nesta cidade de Picuí/PB, na Delegacia de Polícia Civil, onde presente se encontrava o Belª Dianni Regina de Barros Silva, Delegada de Polícia, aí por volta das 14h e 20min, compareceu o Sr. **JOSÉ SANTOS DA MATA, brasileiro, casado, aposentado, nascido aos 11/03/1947, natural de Picuí/PB, filho de Laudelino Germano da Mata e Sebastiana Alice Santos da Mata, residente na rua José Domingos de Oliveira, nº54, Bairro Cenecista, Picuí/PB, RG nº1.998.161, CPF nº 031.840.394-39, fone:9910.5170;** inquirido

(a) pela Autoridade a respeito dos fatos ora em apuração, **RESPONDEU:** QUE no dia 02/04/2015, por volta das 18:00 horas, vinha do Sítio Boa Sorte conduzindo uma bicicleta pela estrada de asfalto, trafegando pelo acostamento, como de costume juntamente com sua companheira que vinha numa bicicleta na sua frente; Que ao chegar nas imediações da cerâmica do senhor conhecido por Zé de Doca, uma moto conduzida por um menor conhecido por ITALO filho do vereador Reginaldo Araújo colidiu na traseira da sua bicicleta; Que o rapaz prestou socorro, tendo o SAMU feito o transporte do declarante até o hospital local; Que passou dois dias internado no hospital e lá foi submetido a uma cirurgia no braço esquerdo; Que sofreu várias escoriações pelo corpo; Que sua companheira vinha há cerca de dez metros a sua frente e nada sofreu; Que o pai de ITALO o procurou e prestou a assistência possível a seu caso. Nada mais disse, mandou a autoridade encerrar o presente termo, que vai assinada pela declarante, autoridade e por mim escrivão que o digitei.

AUTORIDADE POLICIAL

DECLARANTE:

ESCRIVÃO



J.
S.
M.





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
13ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL – PICUI/PB
DELEGACIA DE PICUI
Rua Coronel Manoel Lucas, nº 02 – Centro, Picuí/PB
CEP: 58.187-000 – Telefone: (83)3371-2324

02
R
JB
JW

PROCEDIMENTO ESPECIAL DE MENOR INFRATOR Nº.: 06 /2015
LOCAL DO FATO: Rodovia PB 177 (estrada que liga Picui e Frei Martinho), Picui-PB
AUTOR: ITALO RAMON SILVA DE ARAÚJO
VÍTIMA: JOSÉ SANTOS DA MATA
INCIDÊNCIA PENAL: Art. 303 § Único (não possuir habilitação para dirigir), do CTB

ROL DE TESTEMUNHAS:

- 1 – Fernando de Oliveira Souza, Rua Dr. Cesar Almeida, SN, Cenecista, Picui-PB;
- 2 – Eudes Amaral de Oliveira, Destacamento Militar, Picui-PB;
- 3 – José Santos da Mata (declarante), Rua José Domingos de Oliveira, 54, Cenecista, Picui-PB;

RELATÓRIO

MM Juiz

O presente procedimento administrativo foi instaurado mediante portaria, para apurar em quais circunstâncias se deu o acidente de trânsito que vitimou o idoso José Santos da Mata.

Na tarde de 02/04/2015, por volta das 18h, o Sr. Jose Santos da Mata vinha conduzindo sua bicicleta no acostamento da estrada que liga Frei Martinho a Picui, nas proximidades da cerâmica de Zé de Doca, juntamente com sua companheira, que ia a sua frente também numa bicicleta, quando foi abalroado por trás pela motocicleta conduzida pelo menor Italo Ramon, de quinze anos de idade. O menor conduzia uma motocicleta tipo Pop 100, quando colidiu com o idoso e em razão da colisão caiu na pista e logo em seguida foi atropelado por um amigo que vinha numa outra moto logo atrás.

O SAMU foi acionado e levou os feridos para o hospital local, enquanto as motos envolvidas no acidente foram retiradas do local por terceiros não identificados.

Em razão da colisão, o Sr. Jose Santos teve diversos ferimentos por todo o corpo, e chegou a ter seu braço esquerdo operado. Segundo a vítima, ele vinha trafegando no acostamento quando foi atingido pela moto conduzida pela menor. Ainda segundo o idoso, a família do menor está lhe prestando assistência.

Fernando de Oliveira Sousa ouvido como testemunha afirmou que no momento da colisão a vítima trafegava no meio da pista, e que não teve tempo de desviar a moto que ele conduzia quando Italo atingiu o idoso, tendo chegado a passar com sua moto por sobre o quadril de Italo.

O policial militar Eudes Amaral ouvido como testemunha afirmou que o menor que acidentou a vítima, em outra ocasião ao ser abordado conduzindo uma moto, pela guarnição militar local teria se apresentado como maior de dezoito anos, e que





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
13ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL – PICUI/PB
DELEGACIA DE PICUI
Rua Coronel Manoel Lucas, nº 02 – Centro, Picuí/PB
CEP: 58.187-000 – Telefone: (83)3371-2324

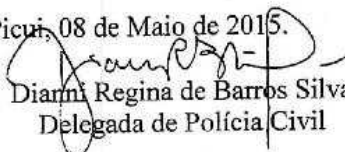
informes dão conta que esse mesmo menor participa de “raxas” no mesmo local onde ocorreu o acidente.

Em suas declarações, o menor Italo Ramon, acompanhado de seu pai e seu advogado, deu sua versão dos fatos, alegando que a vítima transitava de bicicleta no meio da pista, e que não teve como desviar dele quando da colisão. O menor alegou que havia pego a moto escondida de seu pai e que aprendera a guiar moto com um amigo.

Encaminhada a exame, restou configurada a lesão física sofrida pela vítima, e sua incapacidade para ocupações habituais por mais de trinta dias.

É o relatório.

Picuí, 08 de Maio de 2015.


Dianni Regina de Barros Silva
Delegada de Polícia Civil



PMPB - CPI

N.º 007

04
N
30
cur

9º BPM / 1ª CIA PM
DESTACAMENTO DE PICUI-PB

BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL MILITAR

Data:	02/04/2015	Vtr. PM	5850
Comandante:	Sgt. QPC Sodré		
Início:	18:00h	Término:	20:00 h
Solicitante:	Iniciativa própria da guarnição de R/P		
Endereço:	Destacamento de Picui-PB - 1ªCia/9ºBPM		
Ocorrência:	Adolescente conduzindo veículo e acidente de trânsito		
Local:	Estrada que liga as cidades de Frei Martinho-PB e Picui-PB		

PESSOAS ENVOLVIDAS

ADOLESCENTE INFRATOR

Nome:	Italo Ramon Silva de Araújo				
Endereço:	Rua: Enaldo Macêdo, s/n, bairro São José, Picui-PB				
Prof.:	estudante	Ident. Nº		Idade:	15 anos

VÍTIMA

Nome:	José Santos da Mata				
Endereço:	Rua: José Domingos de Oliveira, 54, bairro Cenecista, Picui -PB				
Prof.:	aposentado	Ident. Nº		Idade:	68 anos

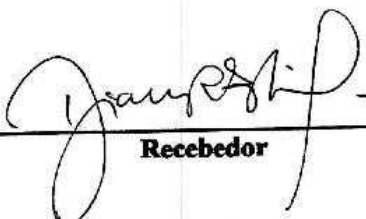
TESTEMUNHA 1

Nome:	Fernando de Oliveira Souza				
Endereço:	Rua: Dr. Cezár de Almeida, s/n, bairro Cenecista, Picui-PB				
Prof.:	agricultor	Ident. Nº:		Idade:	18 anos

TESTEMUNHA 2

Nome:	Cb PM Amaral				
Endereço:	Destacamento PM de Picui-PB - 1ªCia/9ºBPM				
Prof.:	militar	Ident. Nº:		Idade:	

ARMAS E/OU OBJETOS APREENDIDOS: Não houve
Recebi em 02/04/2015, às 20:00h, este referido boletim de ocorrência.


Recebedor







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Estado d a Paraíba.
Município (ou Comarca) d e Picuí.
Cartório d o Registro Civil.

REGISTRO CIVIL

Lúcia de Fátima Macedo Cavalcanti.
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL

Ricardo Wagner Macedo Cavalcanti
ESCREVENTE.

NASCIMENTO N°. 18.725

Certifico que às fls. 39-V do Livro nº. A-20 do Registro de Nascimento foi feito hoje
o nascimento de ITALO RAMON SILVA DE ARAÚJO

Nascido aos 23 de julho de 1999 às 22: horas e 10 minutos
no Hospital Maternidade Nossa Senhora de Fátima-Picuí-PB.

do sexo masculino filh o

de José Reginaldo de Araújo, radialista, natural de Picuí-PB.

e de Josera Lima da Silva, do lar, natural de Picuí-PB.

sendo avós paternos Francisco Amaro Neto

Maria Alzenir de Araújo

e maternos José Maurício da Silva

Evani Pereira de Lima

Foi declarante O genitor do registrado.

e serviram de Testemunhas Maria Ednelva Melo de Oliveira, do lar e Edglei Barr
dos Santos, taxista, residentes nesta Cidade.

Observações Os genitores do registrado residem na rua Pedro Hi
pácio de Araújo, S/N-Picuí-PB.

O referido é verdade e dou fé.

Picuí, 27 de outubro de 19 99

Ricardo Wagner Macedo Cavalcanti
O Oficial



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

INTERPRETE LTB

VÁLIDA EM TODOS
OS TERRITÓRIOS NACIONAIS

520849111

NOME
JOSE REGINALDO DE ARABUJO

DOC. IDENTIFIC. (CPF ou RG) DE
2346525 382 PR

CPF
0291564-594-03 DATA NASCIMENTO
01/06/1976

RENDA
FRANCISCO AMARO NETO

MARCA ALZEMER DE
ARADUG

PERMITE
CARNAB
X

VALIDADEZ
14/01/2017

1ª HABILITACAO
18/04/2007

ASSINATURA DO TITULAR

ASSINADO POR

PRIMEIRO PLASTIFICAR

520849111

DETRAN - PE (PARANÁ)

32
mm





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
2ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
13ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL - PICUI/PB
DELEGACIA DE PICUI
Rua Coronel Manoel Lucas, nº 02 - Centro, Picuí/PB
CEP: 58.187-000 - Telefone: (83)3371-2324

34
33
mm

DEPOIMENTO DE TESTEMUNHA

Aos 29 dias do mês de Abril do ano de 2015, nesta cidade de Picuí/PB, na Delegacia de Polícia Civil, onde presente se encontrava a Bela. Dianni Regina de Barros Silva, Delegada de Polícia, aí por volta das 9h e 50min, compareceu o(a) Sr(a). EUDES AMARAL DE OLIVEIRA, brasileiro, natural de Picuí/PB, policial militar, casado, nascido aos 09/11/1980, matrícula n.º 521.656-7, filho de Severino Santiago de Oliveira e de Antonia Amaral de Oliveira, com endereço profissional no destacamento militar de Picuí, testemunha compromissada na forma da lei e ciente das sanções penais a que está sujeita caso não declare somente a verdade de tudo que souber e lhe for perguntado, inquirido (a) pela Autoridade Policial a respeito dos fatos ora em apuração, RESPONDEU: QUE, se recorda que na data que ocorreu o acidente, estava de plantão juntamente com o Sgt. Sodré, quando tomaram conhecimento da ocorrência na estrada que liga Picuí a Frei Martinho, na altura da cerâmica de Zé de Doca; QUE segundo a vítima, um senhor idoso, ele e sua esposa vinham no acostamento, cada um em uma bicicleta, quando ao iniciar uma descida, foi atingido por trás por uma moto; QUE segundo o idoso, após a primeira colisão, outra moto bateu neles já caídos na estrada; QUE tomou conhecimento que a moto que colidiu primeiro com o senhor era conduzida por um menor, filho de um vereador da cidade; QUE se recorda que em outra ocasião abordou esse mesmo rapaz que provocou o acidente, em uma moto no centro da cidade e ele disse ser maior de dezoito anos; QUE tomou conhecimento que ele participa de "raxas" na estrada onde ocorreu esse acidente. Nada mais disse, mandou a autoridade encerrar o presente termo, que vai assinado pelo(a) depoente, pela autoridade policial e por mim escrivão que o digitei.

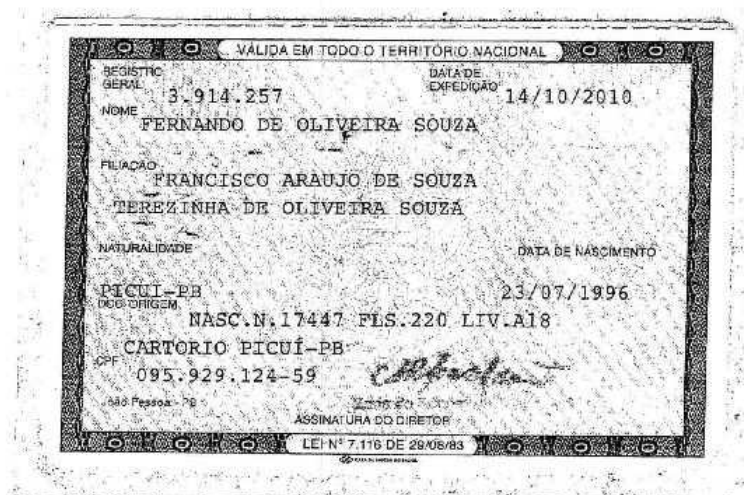
AUTORIDADE POLICIAL

DEPOENTE

ESCRIVÃO

Francisco
EuDES Amaral de Oliveira
44





1005
 FICHA DE ATENDI TO AMBULATORIAL
 C3DIGO DA UNIDADE: 2757710 CGC/CPF: 08.778 268 006/160
 NOME: HOSPITAL REGIONAL DE PICUI
 END.: RUA FRANCISCO PEREIRA GOMES, 15 - BAIRRO MONTE SA
 MUNICIPIO: PICUI ESTADO: PARAIBA UF: 25
 Nome: JOSE SANTOS DA MATA
 Raça/Cor: PARDA
 Dt. Nasc: 11/03/1947 Idade: 68 ano(s) mäs(es) da idade dia(s) de idade Sexo: M
 Mãe: SEBASTIANA ALICE SANTOS DA MATA
 Profissö: AGRICULTOR Documento: 998161
 Endereço: RUA JOVENTINO HENRIQUES Nº: 17
 Bairro: LIMEIRA
 Municipio/CEP/BCE: PICUI / 58167006 / 251140
 Telefone para contato: (83) 3371-2554 CDS: 209145506020002 CADASTRO: 251506
 Data e Hora: 02/04/2015 19:05:21
 SSVV
 PESO: PA: TEMP.:
 ANAMNESE EXAME FÍSICO (SUMARIO)
 Paciente com queixa de dor no
 abdômen há alguns dias, dor
 com início súbito, apen-
 das por um momento, dor que
 é de tipo
 EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: (TIPOS)
 Hospital Regional de Picui
 Atesto conforme o original.
 Picui, 23 de 12 de 2015
 Arquivado Médico
 RECEPCIONISTA: HRP

1. *Acidente* *unq - tap 12*

2. *Acidente* *unq - tap 12*

3. *Acidente* *unq - tap 12*

4. *Acidente* *unq - tap 12*

☐ 01 - FELTIMO *unq - tap 12* CARÁTER DO ACIDENTAMENTO:

☐ 02 - URGÊNCIA

☐ 03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA

☐ 04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO

☐ 05 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS

unq - tap 12

PROCEDIMENTO - descrição:

unq - tap 12

DIAGNÓSTICO:

unq - tap 12

CID-10: _____

MEDICAÇÃO:

☐ 1 - PRESCRITA

☐ 2 - APLICADA

ENCAMINHAMENTO:

☐ OBSERVAÇÃO

☐ RESIDÊNCIA

☐ INTERNAÇÃO

☐ OUTRO HOSPITAL

☐ ÓBITO

☐ OUTROS

SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO / PROCEDIMENTO:

1. _____

2. _____

3. _____

ASS. DO(S) PROPRIETÁRIO(S) ASSISTENTE(S): CARIMBO(S)

unq - tap 12

CNS

CRM

ASS. DO PACIENTE/ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL

OU POLEGAR DIREITO

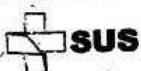
unq - tap 12

ASS. DO REVISOR TÉCNICO CARIMBO

ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO CARIMBO



CLONISTA: HRP



Sistema
Único de
Saúde

Ministério
da
Saúde

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

37
m

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE
HOSPITAL REGIONAL DE PICUI

2 - CNES

2757710

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

3 - NOME DO PACIENTE

102 Santos Ioa Heta

4 - N° DO PRONTUÁRIO

73.069

5 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

209145506020002

6 - DATA DE NASCIMENTO

11.03.47

7 - SEXO

Masc. ☒ 1 Fem. ☐ 3

8 - RAÇA/COR

Parda

9 - NOME DA MÃE

Sebastiana Maria Santos Ioa Heta

10 - TELEFONE DE CONTATO

DDD () N° DO TEL.

12 - TELEFONE DE CONTATO

DDD () N° DO TEL.

11 - NOME DO RESPONSÁVEL

Horile dos Santos

13 - ENDEREÇO (RUA, N° BAIRRO)

R. José Firmine de Oliveira

14 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

Picui

15 - CDD. IBGE MUNICÍPIO

25.11.40

16 - UF

PB

17 - CEP

58787.000

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

18 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

**Última de suplemento por teste,
grau de - MSE.**

19 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

Neurol. + fe. crônica

20 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

RT

21 - DIAGNÓSTICO INICIAL

Frot. 1/2 dist. rad.

22 - CID 10 PRINCIPAL

S523

23 - CID 10 SECUNDÁRIO

24 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

PROCEDIMENTO SOLICITADO

25 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

26 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

408020431

27 - CLÍNICA

Ortop.

28 - CARÁTER DA INFORMAÇÃO

urgência

29 - DOCUMENTO

() CNS (X) CPF

Carlos Cândido Filho

Ortopedista Traumatologista

CPF: 013.159.674-50

PRIME - 18.336 - 150143.425

31 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

Carlos Cândido Filho

Ortopedista Traumatologista

CPF: 013.159.674-50

32 - DATA DA SOLICITAÇÃO

06/07/15

33 - ASSINATURA E CARIMBO (N° DO REGISTRO DO CONSELHO)

06.20431

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

34 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO EOT 13.125

35 - () ACIDENTE TRABALHO TÍPICO

36 - () ACIDENTE TRABALHO TRAJETO

37 - CNPJ DA SEGURADORA

38 - N° DO BILHETE

39 - SÉRIE

40 - CNPJ DA EMPRESA

41 - CNAE DA EMPRESA

42 - CBOR

43 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA

() EMPREGADO () EMPREGADOR () AUTÔNOMO () DESEMPREGADO () APOSENTADO () NÃO SEGUR.-DO

AUTORIZAÇÃO

44 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

45 - CDD. ÓRGÃO EMISSOR

50 - N° DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Hospital Regional de Picui

Atesia conforme o original.

Picui, 23/04/2015

Arquivo Médico

[Assinatura]

46 - DOCUMENTO

() CNS () CPF

47 - N° DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

48 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

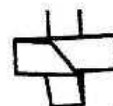
1/1/15

49 - ASSINATURA E CARIMBO (N° DO REGISTRO DO CONSELHO)





Hospital Regional de Pícuí "Felipe Thiago Gomes"

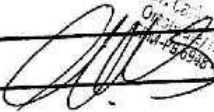
**SUS**

Sistema Único de Saúde

38
mm

EVOLUÇÃO

Nome: José Santos da Mata Idade: 68 Reg.: 73.069
Serviço: linhas Diagnóstico: Fract. 1/4 do 1º radius Local: 207-01

Data	Evolução
07/09/15	Operate sub metals in f-p, injuries & infectiones - Alfa hospital.
	 <small>Dr. Carlos Oliveira CRM 15090-15013125</small>





GOVERNO
DA PARAÍBA

DESCRIÇÃO DE CIRURGIA

39
cm

Hospital Regional de Picuí "Felipe Tiago Gomes"

Nome do Paciente:	Josi Santos da Mota		
Data da Operação:	Enf:	Leito:	
Operador:	1.º Auxiliar:		Instrumentador:
2.º Auxiliar:	3.º Auxiliar:		
Anestesiologista:	Tipo da Anestesia:		
Diagnóstico Pré-operatório:	fratura do 1/3 distal do		
Tipo de Operação:	fixação com fio K 2.0		
Diagnóstico Pós-operatório:	do 1/3 distal do		

Relatório Imediato do Patologista:

Exame Radiológico no Ato:

Acidente Durante a Operação:

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspecto Visceras

1. Incisão na DTA com anestesia
2. Exatidão + antissepsia + campo
3. Redução fratura
4. Braço de FIO K. 2.0
5. Total avulsões

Dr. Carlos Cândido Filho
Ortopedia/Traumatologia
CRM 65.6948 - TEP 13125





40

NOME: Jon Santos da Mota IDADE: 68 SEXO: F GR. SANGÜÍNEO:
 DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: Tratado de 1/3 distal de Rüdor CATEGORIA: SUS DATA: 07/04/15
 OPERAÇÃO REALIZADA: 1to. encurtamento de Ext. de 1/3 distal de Rüdor
 CIRURGIÃO: Dro Carlos AUXILIAR: ANESTESISTA: Dro Roberto
 AGENTES COMUNITÁRIOS:
 CÓDIGO: 220
 Anestesia X
 Oper. Intub. T
 Endotr. Pres A
 Distal Pulse O
 Resp. RA
 Anst. Resp. EE
 Excent. Resp. RC
 Contr.
 Pré-anestésico:
 Anestesia: ☒ Geral ☐ Raquiana ☐ Peridural ☐ Bloqueio de Plexo ☐ Outras
 Técnica: Endotracheal Venoclise:
 Início: Término: Duração minutos:
 AGENTES/DOSES: LÍQUIDO: ML:
 OBS.:
 Robério Marinho Alves
 MÉDICO
 CPF 251.034.454-55
 CRM: 3512



230



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

HOSPITAL REGIONAL DE PÍCUI
Rua Francisco Pereira Gomes, 15 - Monte Santo
CEP: 58.187-000 Fones: (83) 3371-2554 / 2990
Pícuí PB - CNPJ: 08.778.268/0001-80

Nº AIH _____
Nº de Ordem _____
Nº de Reg. 73.059
Nº do Docum. 008161

ARQUIVO MÉDICO

Nome: José Santos da Mata
Responsável: Henriete dos Santos
Pai: _____
Mãe: Sebastiana Ric. dos Santos
Prof: Aposentada Data Nasc.: 11/03/47 Idade: 68
Endereço: R. Uesir Moniz de Oliveira 54
Bairro: Conceição Cidade: Pícuí Est. Civil: Casado

PREENCHIMENTO MÉDICO

Diagnóstico definitivo: Trat. cirurg. de Fratura de 1/3
Rádio distal

Tratamento efetuado no hospital: _____

Exames realizados: _____

Internado em 06/04/15 Alta em 07/04/15 Óbito em _____

Arquivista

Médico Assistente




42
cm

ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que, a pedido do(a) Sr.(a) Rosa Jantos da Monte portador(a) da identidade RG 170.146.792-5, que o(a) mesmo(a) foi atendido(a) por mim no dia de hoje, às 13 horas, submetido(a) a 552.50 portador da patologia CID-10 S52.50, devendo permanecer afastado(a) de suas atividades laborativas por um período de 120 dias, a partir desta data.

Pícuí, 07/04/15


Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)

Dr. Carlos Cláudio Filho
Ortopedia/Traumatologia
CRM-PA 6946 - T60T 13240

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____ autorizo o(a) Dr. () _____ a registrar o diagnóstico codificado CID-10 ou por extenso neste atestado médico.

Assinatura do(a) paciente ou responsável legal

1ª VIA-PACIENTE

2ª VIA ANEXA AO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO



PODER JUDICIARIO DO ESTADO DA PARAIBA

COMARCA DE PICUI - CENTRAL DE DISTRIBUICAO

43
mm

Tipo de distribuição: SORTEIO - 22/03/2017 12 horas 02 minutos

Processo: 0002847-83.2016.815.0271

Classe: PROCEDIMENTO ORDINARIO

SEGURO

Valor da causa : 9450,00

Serie : 10

Autor : JOSE SANTOS DA MATA

Reu : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO

Vara : VARA UNICA DE PICUI

Juiz : ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA

Promotor: LEONARDO QUINTANS COUTINHO



2019.04.05
Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS
Data: 05/04/19
Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS

2019.04.05
Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS
Data: 05/04/19
Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS





PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DA PARAÍBA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE PICUI

44
mm

DECISÃO

Vistos etc.,

O pedido de justiça gratuita não merece acolhimento, eis que a parte autora não comprova sua hipossuficiência financeira.

Com efeito, não há nos autos qualquer comprovação dos seus rendimentos, ou da sua qualificação profissional ou ainda que o autor é beneficiário de programa social de baixa renda.

Ademais, pela nova sistemática processual prevista no art. 98 do NCPC, deve o juízo ser criterioso no deferimento deste benefício, eis que há a possibilidade de **redução ou parcelamento das custas**, razão pela qual a concessão da gratuidade deve ficar reservada para aquelas partes que comprovam sua incapacidade de custear as despesas do processo.

Posto isto, indefiro o pedido de justiça gratuita e determino a intimação da parte autora para em 5 dias recolher as custas, sob pena de cancelamento da distribuição.

Cumpra-se.

Picuí, 9 de agosto de 2017.

ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA
Juiz de Direito

ATA
Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS - 24/04/2019 11:07:38
Data: 14/08/17
mm



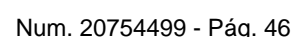
134/17

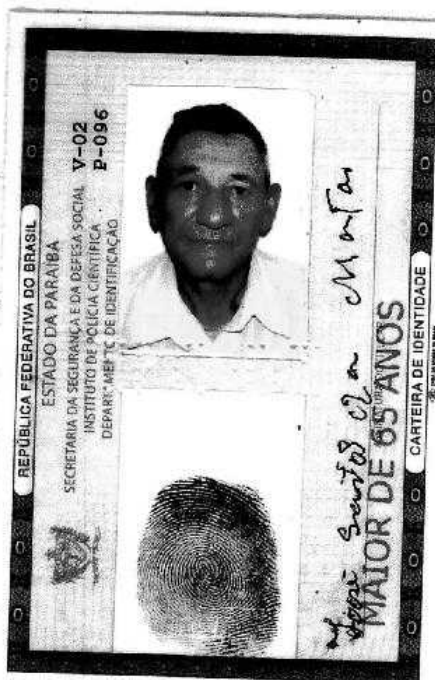
15 08 17

mm



- 01102 Processo: 0030545-54 2013 3-5.0541 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: EDSON ALVES PORTO
QUINCO ADVOGADO: 007529PB BISMARCK MARTINS DE OLIVEIRA REU: CAGEFA/CA/DE AGUA





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.998.161 -2 VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 17/10/2014

NOME JOSÉ SANTOS DA MATA

FILIAÇÃO LAUDELINO GERMANO DA MATA
SEBASTIANA ALICE SANTOS DA MATA

NATURALIDADE PICUI-PB DATA DE NASCIMENTO 11/03/1947

DOC ORIGEM CASAM N. 3600 FLS. 13 LIV. B 17
CARTÓRIO PICUI PB

031.840.394-39

LEI Nº 7.116 DE 29/08/63



RENTADA
a Retirada
25 10 min





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

18/ 24/10/18

47
mm

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUI-
PARAÍBA

Processo: 0002847-85.2016.815.0271

JOSE SANTOS DA MATA, já devidamente qualificada, servindo-se do patrocínio profissional do Bel. Nilo Trigueiro Dantas, inscrito na OAB/PB sob o nº 13.220, nos autos desta Ação de Cobrança, processo em epígrafe, vem, respeitosamente, juntar o competente comprovante de renda, o qual testifica que o requerente é apenas um mero AGRICULTOR FAMILIAR, e não possui condições financeiras para arcar com o ônus processual, razão pela qual insiste na concessão da **GRATUIDADE JUDICIÁRIA**.

Cumpre ressaltar inicialmente que foi colacionado nos autos declaração de pobreza informando que o promovente da presente demanda é pobre nos termos da lei, o que é suficiente para provar que o mesmo não tem condições de arcar com despesas processuais e com os honorários advocatícios.

Porém, apesar de ter colacionado aos autos tal declaração, esse Juízo acabou por indeferir o pedido de Justiça Gratuita, conforme assevera o despacho retro, o que com toda vênia, entendemos ser injusto, haja vista que tal entendimento viola o apregoado por nossa Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso XXXV, onde assegura a todos o direito de acesso à justiça em defesa de seus direitos, independentemente do pagamento de taxas.

Ademais, é cristalino o direito do requerente em ser agraciado por tal benefício da justiça gratuita, uma vez que juntara agora a **Cópia do Cadastro do SISAB (Sistema de Informação de Atenção Básica) firmado pela Secretária de Saúde de Picui/PB**, comprovando assim a inviabilidade de pagamento das custas judiciais sem comprometer sua subsistência, nos termos do art. 99 do NCPC, abaixo transcrito:

Desta forma, fica demonstrado a precária situação econômica do requerente, fazendo-se necessária a concessão da Justiça Gratuita, viabilizando o amplo acesso ao Judiciário.

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

48
mm

Caso Vossa Excelência entenda por não conceder a gratuidade da Justiça de forma integral, que seja lhe concedido apenas a gratuidade para dispensa das custas prévias iniciais, nos termos do § 5º do art. 98 do CPC.

Diante do exposto, requer o peticionário que Vossa Excelência reconsidere o indeferimento da Justiça Gratuita, e, diante dos documentos ora colacionados, que conceda os beneplácitos da justiça gratuita de forma integral, ou em caso contrário, que seja o mesmo apenas dispensado de recolher as custas prévias iniciais, nos termos do § 5º do art. 98 do CPC, devendo arcar com os ônus das diligências, postagens e demais outras despesas decorrentes desses autos.

Nesses termos,
pede deferimento.

Picuí, 17 de outubro de 2017.

NILO TRIGUEIRO DANTAS
OAB-PB 13.220



Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





49
mm

DECLARAÇÃO

Declaro de acordo com as informações do Agente Comunitário de Saúde, **CLISALDO DOS SANTOS COSTA**, solteiro, portadora do RG 3.413.939 SSP-PB, e CPF: 080.991.314-36, residente na Rua Francisca Cunha Dantas nº 20 que o senhor, **JOSE SANTOS DA MATA**, agricultor, união estável, portadora do RG 1.998.161 SSP-PB e CPF: 031.840.394-39, residente na Rua José Domingos de Oliveira nº 54, município de Picuí-PB, é cadastrado no **SISAB (Sistema de Informação da Atenção Básica)** deste Município e visitado pelo já citado Agente Comunitário de Saúde desde o mês dezembro de 2013 até a data atual.

Picuí - PB, 21 de agosto de 2017.

CLISALDO DOS SANTOS COSTA
Agente Comunitário de Saúde

JANAINA DE MEDEIROS LIMA ALMEIDA
Secretaria de Saúde



50
mm

TRABALHADOR

O presente Cartão de Trabalho é emitido para o trabalhador que, em qualquer situação, esteja ou venha a exercer uma atividade remunerada.

No lado verso do Cartão de Trabalho, no dorso do cartão, há um espaço reservado para a colocação de uma fotografia recente e de uma impressão digital.

O trabalhador deve apresentar este documento sempre que for solicitado, em qualquer situação, para comprovar a sua identidade e a sua condição de trabalhador.

Para a obtenção do Cartão de Trabalho, o trabalhador deve apresentar a seguinte documentação: 1) documento de identificação pessoal; 2) documento de residência; 3) documento de trabalho; 4) documento de renda; 5) documento de endereço; 6) documento de estado civil; 7) documento de data de nascimento; 8) documento de data de emissão do Cartão de Trabalho.

CO-REPRESENTANTE COM O CUBO DO
LUNAR DE AVALIAÇÃO DO CUBO

CONTÉM SE PÁGINAS NUMERADAS

209.14550.60-2

7203022

001-0

PB

Leite Santos da Mata



NOME JOSE SANTOS DA MATA

LOC. DE NASC.: PICUI - PB

11/03/1947
NASCIMENTO

FILIAÇÃO LAUDELINO GERMANO DA MATA

SEBASTIANA ALICE SANTOS DA MATA

DOC. APRESENTADO: RG 1998181 SSP PB

ESTADO CIVIL CASADO

LEI Nº 2.049, DE 18 DE MAIO DE 1996.

RG: 1998181

CPF: 031.840.394-39

LOCAL DA EMISSÃO: P.M.P.

EMISSION: 15/08/2008

~~Lauro Machado de Souza Filho~~
Superintendente Regional do Trabalho e Emprego na Paraíba

BRASILEIRO

QUALIFICAÇÃO CIVIL

ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE

03

FILIAÇÃO

DATA DE NASC.

MCA

DOCUMENTO

NOME

DOCUMENTO

NOME

DOCUMENTO

NOME

DOCUMENTO

T E G E N D A

A. C. BRASILIANO C. BRASILIANO E. BRITANICO F. PORTUGUEZ G. LUSO H. FRANCES I. ITALIANO J. ESPANHO K. POLACO L. ARGENTINO M. URUGUAIO N. VENEZOLANO O. COLOMBIANO P. PERUANO Q. GUAYANESE R. EQUATORIAL S. BOLIVIANO T. PARAGUAIO U. CHILENO V. CUBANO W. SAO VICENTE X. DOMINICANO Y. PUERTO RICANO Z. AMERICANO AA. CANADENSE AB. ESTADUNIDENSE AC. NOROCCIDENTAL AD. NOROCCIDENTAL AE. NOROCCIDENTAL AF. NOROCCIDENTAL AG. NOROCCIDENTAL AH. NOROCCIDENTAL AI. NOROCCIDENTAL AJ. NOROCCIDENTAL AK. NOROCCIDENTAL AL. NOROCCIDENTAL AM. NOROCCIDENTAL AN. NOROCCIDENTAL AO. NOROCCIDENTAL AP. NOROCCIDENTAL AQ. NOROCCIDENTAL AR. NOROCCIDENTAL AS. NOROCCIDENTAL AT. NOROCCIDENTAL AU. NOROCCIDENTAL AV. NOROCCIDENTAL AW. NOROCCIDENTAL AX. NOROCCIDENTAL AY. NOROCCIDENTAL AZ. NOROCCIDENTAL BA. NOROCCIDENTAL BB. NOROCCIDENTAL BC. NOROCCIDENTAL BD. NOROCCIDENTAL BE. NOROCCIDENTAL BF. NOROCCIDENTAL BG. NOROCCIDENTAL BH. NOROCCIDENTAL BI. NOROCCIDENTAL BJ. NOROCCIDENTAL BK. NOROCCIDENTAL BL. NOROCCIDENTAL BM. NOROCCIDENTAL BN. NOROCCIDENTAL BO. NOROCCIDENTAL BP. NOROCCIDENTAL BQ. NOROCCIDENTAL BR. NOROCCIDENTAL BS. NOROCCIDENTAL BT. NOROCCIDENTAL BU. NOROCCIDENTAL BV. NOROCCIDENTAL BW. NOROCCIDENTAL BX. NOROCCIDENTAL BY. NOROCCIDENTAL BZ. NOROCCIDENTAL CA. NOROCCIDENTAL CB. NOROCCIDENTAL CC. NOROCCIDENTAL CD. NOROCCIDENTAL CE. NOROCCIDENTAL CF. NOROCCIDENTAL CG. NOROCCIDENTAL CH. NOROCCIDENTAL CI. NOROCCIDENTAL CJ. NOROCCIDENTAL CK. NOROCCIDENTAL CL. NOROCCIDENTAL CM. NOROCCIDENTAL CN. NOROCCIDENTAL CO. NOROCCIDENTAL CP. NOROCCIDENTAL CQ. NOROCCIDENTAL CR. NOROCCIDENTAL CS. NOROCCIDENTAL CT. NOROCCIDENTAL CU. NOROCCIDENTAL CV. NOROCCIDENTAL CW. NOROCCIDENTAL CX. NOROCCIDENTAL CY. NOROCCIDENTAL CZ. NOROCCIDENTAL DA. NOROCCIDENTAL DB. NOROCCIDENTAL DC. NOROCCIDENTAL DD. NOROCCIDENTAL DE. NOROCCIDENTAL DF. NOROCCIDENTAL DG. NOROCCIDENTAL DH. NOROCCIDENTAL DI. NOROCCIDENTAL DJ. NOROCCIDENTAL DK. NOROCCIDENTAL DL. NOROCCIDENTAL DM. NOROCCIDENTAL DN. NOROCCIDENTAL DO. NOROCCIDENTAL DP. NOROCCIDENTAL DQ. NOROCCIDENTAL DR. NOROCCIDENTAL DS. NOROCCIDENTAL DT. NOROCCIDENTAL DU. NOROCCIDENTAL DV. NOROCCIDENTAL DW. NOROCCIDENTAL DX. NOROCCIDENTAL DY. NOROCCIDENTAL DZ. NOROCCIDENTAL EA. NOROCCIDENTAL EB. NOROCCIDENTAL EC. NOROCCIDENTAL ED. NOROCCIDENTAL EE. NOROCCIDENTAL EF. NOROCCIDENTAL EG. NOROCCIDENTAL EH. NOROCCIDENTAL EI. NOROCCIDENTAL EJ. NOROCCIDENTAL EK. NOROCCIDENTAL EL. NOROCCIDENTAL EM. NOROCCIDENTAL EN. NOROCCIDENTAL EO. NOROCCIDENTAL EP. NOROCCIDENTAL EQ. NOROCCIDENTAL ER. NOROCCIDENTAL ES. NOROCCIDENTAL ET. NOROCCIDENTAL EU. NOROCCIDENTAL EV. NOROCCIDENTAL EW. NOROCCIDENTAL EX. NOROCCIDENTAL EY. NOROCCIDENTAL EZ. NOROCCIDENTAL FA. NOROCCIDENTAL FB. NOROCCIDENTAL FC. NOROCCIDENTAL FD. NOROCCIDENTAL FE. NOROCCIDENTAL FF. NOROCCIDENTAL FG. NOROCCIDENTAL FH. NOROCCIDENTAL FI. NOROCCIDENTAL FJ. NOROCCIDENTAL FK. NOROCCIDENTAL FL. NOROCCIDENTAL FM. NOROCCIDENTAL FN. NOROCCIDENTAL FO. NOROCCIDENTAL FP. NOROCCIDENTAL FQ. NOROCCIDENTAL FR. NOROCCIDENTAL FS. NOROCCIDENTAL FT. NOROCCIDENTAL FU. NOROCCIDENTAL FV. NOROCCIDENTAL FW. NOROCCIDENTAL FX. NOROCCIDENTAL FY. NOROCCIDENTAL FZ. NOROCCIDENTAL GA. NOROCCIDENTAL GB. NOROCCIDENTAL GC. NOROCCIDENTAL GD. NOROCCIDENTAL GE. NOROCCIDENTAL GF. NOROCCIDENTAL GG. NOROCCIDENTAL GH. NOROCCIDENTAL GI. NOROCCIDENTAL GJ. NOROCCIDENTAL GK. NOROCCIDENTAL GL. NOROCCIDENTAL GM. NOROCCIDENTAL GN. NOROCCIDENTAL GO. NOROCCIDENTAL GP. NOROCCIDENTAL GQ. NOROCCIDENTAL GR. NOROCCIDENTAL GS. NOROCCIDENTAL GT. NOROCCIDENTAL GU. NOROCCIDENTAL GV. NOROCCIDENTAL GW. NOROCCIDENTAL GX. NOROCCIDENTAL GY. NOROCCIDENTAL GZ. NOROCCIDENTAL HA. NOROCCIDENTAL HB. NOROCCIDENTAL HC. NOROCCIDENTAL HD. NOROCCIDENTAL HE. NOROCCIDENTAL HF. NOROCCIDENTAL HG. NOROCCIDENTAL HH. NOROCCIDENTAL HI. NOROCCIDENTAL HJ. NOROCCIDENTAL HK. NOROCCIDENTAL HL. NOROCCIDENTAL HM. NOROCCIDENTAL HN. NOROCCIDENTAL HO. NOROCCIDENTAL HP. NOROCCIDENTAL HQ. NOROCCIDENTAL HR. NOROCCIDENTAL HS. NOROCCIDENTAL HT. NOROCCIDENTAL HU. NOROCCIDENTAL HV. NOROCCIDENTAL HW. NOROCCIDENTAL HX. NOROCCIDENTAL HY. NOROCCIDENTAL HZ. NOROCCIDENTAL IA. NOROCCIDENTAL IB. NOROCCIDENTAL IC. NOROCCIDENTAL ID. NOROCCIDENTAL IE. NOROCCIDENTAL IF. NOROCCIDENTAL IG. NOROCCIDENTAL IH. NOROCCIDENTAL II. NOROCCIDENTAL IJ. NOROCCIDENTAL IK. NOROCCIDENTAL IL. NOROCCIDENTAL IM. NOROCCIDENTAL IN. NOROCCIDENTAL IO. NOROCCIDENTAL IP. NOROCCIDENTAL IQ. NOROCCIDENTAL IR. NOROCCIDENTAL IS. NOROCCIDENTAL IT. NOROCCIDENTAL IU. NOROCCIDENTAL IV. NOROCCIDENTAL IW. NOROCCIDENTAL IX. NOROCCIDENTAL IY. NOROCCIDENTAL IZ. NOROCCIDENTAL JA. NOROCCIDENTAL JB. NOROCCIDENTAL JC. NOROCCIDENTAL JD. NOROCCIDENTAL JE. NOROCCIDENTAL JF. NOROCCIDENTAL JG. NOROCCIDENTAL JH. NOROCCIDENTAL JI. NOROCCIDENTAL JJ. NOROCCIDENTAL JK. NOROCCIDENTAL JL. NOROCCIDENTAL JM. NOROCCIDENTAL JN. NOROCCIDENTAL JO. NOROCCIDENTAL JP. NOROCCIDENTAL JQ. NOROCCIDENTAL JR. NOROCCIDENTAL JS. NOROCCIDENTAL JT. NOROCCIDENTAL JU. NOROCCIDENTAL JV. NOROCCIDENTAL JW. NOROCCIDENTAL JX. NOROCCIDENTAL JY. NOROCCIDENTAL JZ. NOROCCIDENTAL KA. NOROCCIDENTAL KB. NOROCCIDENTAL KC. NOROCCIDENTAL KD. NOROCCIDENTAL KE. NOROCCIDENTAL KF. NOROCCIDENTAL KG. NOROCCIDENTAL KH. NOROCCIDENTAL KI. NOROCCIDENTAL KJ. NOROCCIDENTAL KK. NOROCCIDENTAL KL. NOROCCIDENTAL KM. NOROCCIDENTAL KN. NOROCCIDENTAL KO. NOROCCIDENTAL KP. NOROCCIDENTAL KQ. NOROCCIDENTAL KR. NOROCCIDENTAL KS. NOROCCIDENTAL KT. NOROCCIDENTAL KU. NOROCCIDENTAL KV. NOROCCIDENTAL KW. NOROCCIDENTAL KX. NOROCCIDENTAL KY. NOROCCIDENTAL KZ. NOROCCIDENTAL LA. NOROCCIDENTAL LB. NOROCCIDENTAL LC. NOROCCIDENTAL LD. NOROCCIDENTAL LE. NOROCCIDENTAL LF. NOROCCIDENTAL LG. NOROCCIDENTAL LH. NOROCCIDENTAL LI. NOROCCIDENTAL LJ. NOROCCIDENTAL LK. NOROCCIDENTAL LL. NOROCCIDENTAL LM. NOROCCIDENTAL LN. NOROCCIDENTAL LO. NOROCCIDENTAL LP. NOROCCIDENTAL LQ. NOROCCIDENTAL LR. NOROCCIDENTAL LS. NOROCCIDENTAL LT. NOROCCIDENTAL LU. NOROCCIDENTAL LV. NOROCCIDENTAL LW. NOROCCIDENTAL LX. NOROCCIDENTAL LY. NOROCCIDENTAL LZ. NOROCCIDENTAL MA. NOROCCIDENTAL MB. NOROCCIDENTAL MC. NOROCCIDENTAL MD. NOROCCIDENTAL ME. NOROCCIDENTAL MF. NOROCCIDENTAL MG. NOROCCIDENTAL MH. NOROCCIDENTAL MI. NOROCCIDENTAL MJ. NOROCCIDENTAL MK. NOROCCIDENTAL ML. NOROCCIDENTAL MN. NOROCCIDENTAL MO. NOROCCIDENTAL MP. NOROCCIDENTAL MQ. NOROCCIDENTAL MR. NOROCCIDENTAL MS. NOROCCIDENTAL MT. NOROCCIDENTAL MU. NOROCCIDENTAL MV. NOROCCIDENTAL MW. NOROCCIDENTAL MX. NOROCCIDENTAL MY. NOROCCIDENTAL MZ. NOROCCIDENTAL NA. NOROCCIDENTAL NB. NOROCCIDENTAL NC. NOROCCIDENTAL ND. NOROCCIDENTAL NE. NOROCCIDENTAL NF. NOROCCIDENTAL NG. NOROCCIDENTAL NH. NOROCCIDENTAL NI. NOROCCIDENTAL NJ. NOROCCIDENTAL NK. NOROCCIDENTAL NL. NOROCCIDENTAL NO. NOROCCIDENTAL NP. NOROCCIDENTAL NQ. NOROCCIDENTAL NR. NOROCCIDENTAL NS. NOROCCIDENTAL NT. NOROCCIDENTAL NU. NOROCCIDENTAL NV. NOROCCIDENTAL NW. NOROCCIDENTAL NX. NOROCCIDENTAL NY. NOROCCIDENTAL NZ. NOROCCIDENTAL OA. NOROCCIDENTAL OB. NOROCCIDENTAL OC. NOROCCIDENTAL OD. NOROCCIDENTAL OE. NOROCCIDENTAL OF. NOROCCIDENTAL OG. NOROCCIDENTAL OH. NOROCCIDENTAL OI. NOROCCIDENTAL OJ. NOROCCIDENTAL OK. NOROCCIDENTAL OL. NOROCCIDENTAL OM. NOROCCIDENTAL ON. NOROCCIDENTAL OO. NOROCCIDENTAL OP. NOROCCIDENTAL OQ. NOROCCIDENTAL OR. NOROCCIDENTAL OS. NOROCCIDENTAL OT. NOROCCIDENTAL OU. NOROCCIDENTAL OV. NOROCCIDENTAL OW. NOROCCIDENTAL OX. NOROCCIDENTAL OY. NOROCCIDENTAL OZ. NOROCCIDENTAL PA. NOROCCIDENTAL PB. NOROCCIDENTAL PC. NOROCCIDENTAL PD. NOROCCIDENTAL PE. NOROCCIDENTAL PF. NOROCCIDENTAL PG. NOROCCIDENTAL PH. NOROCCIDENTAL PI. NOROCCIDENTAL PJ. NOROCCIDENTAL PK. NOROCCIDENTAL PL. NOROCCIDENTAL PM. NOROCCIDENTAL PN. NOROCCIDENTAL PO. NOROCCIDENTAL PP. NOROCCIDENTAL PQ. NOROCCIDENTAL PR. NOROCCIDENTAL PS. NOROCCIDENTAL PT. NOROCCIDENTAL PU. NOROCCIDENTAL PV. NOROCCIDENTAL PW. NOROCCIDENTAL PX. NORO



52
mm

04 DADOS PESSOAIS DO TRABALHADOR

GRUPO SANGÜÍNEO TATUAGEM	DIABETE <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	HEMOPILIA <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
ALERGIAS <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		
DOADOR DE ÓRGÃOS (Dec. 9.874, de 12 de julho de 1991) <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		

CARTEIRAS ANTERIORES

REGISTRO	SERIE	DATA DE EMISSÃO
794281	200	18/25/05/69
18108	108	18/10/08

Durval J. S. Reinaldo
CONCESSIONÁRIO CTPB

NUMERO	SERIE	DATA DE EMISSÃO
NUMERO	SERIE	DATA DE EMISSÃO
NUMERO	SERIE	DATA DE EMISSÃO

REGISTRO DE PROFESSORES REGULAMENTADAS 05

NOME DO TITULAR

REGISTRADO EM / / SOB. Nº LIVRO Nº

INS. PRC. Nº

PROFISSÃO

FUNÇÃO

LEGISLAÇÃO

COPIA / /

REGISTRADO EM / / SOB. Nº LIVRO Nº

INS. PRC. Nº

PROFISSÃO

FUNÇÃO

LEGISLAÇÃO

COPIA / /

REGISTRADO EM / / SOB. Nº LIVRO Nº

INS. PRC. Nº

PROFISSÃO

FUNÇÃO

LEGISLAÇÃO

COPIA / /



DOCUMENTO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Bônus para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica : N° 000.817.107



ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 236, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-480
CNPJ 09.086.183 / 0001-40 - Ins. Est. 16.015.823-0

53
mm

DADOS DO CLIENTE

MARIA DAS MERCES DO NASCIMENTO
RUA JOSE DOMINGOS DE OLIVEIRA 43
PICUI

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

5/502385-8

REFERÊNCIA

JUL/2017

APRESENTAÇÃO

19/07/2017

CONSUMO

55

VENCIMENTO

26/08/2017

TOTAL A PAGAR

R\$ 26,67

Acesse: www.energisa.com.br



DESTAQUE AGUI

MARIA DAS MERCES DO NASCIMENTO

Rotelro: 11-080-535-3160

CONTA PAGA - Data de Pagamento: 15/08/2017

VENCIMENTO

26/08/2017

TOTAL A PAGAR

R\$ 26,67

MATRÍCULA

502385-2017-07-5



Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS - 24/04/2019 11:07:38

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904241109100000000020187466>

Número do documento: 1904241109100000000020187466

RECEBIMOS
em 25 10 17
min





**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DA PARAÍBA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE PICUÍ**

Processo nº 2847-85.2016.815.0271

DECISÃO

Vistos etc.,

Os documentos juntados não são aptos a formar meu convencimento de que o autor é agricultor, eis que baseado em informações da secretaria de saúde, com base em informações produzidas unilateralmente pelo autor.

Não há nenhum documento indicativo da atividade laboral na agricultura, a exemplo de inscrição sindical ou vinculação ao seguro safra, etc., motivo pelo qual mantenho a decisão de indeferimento da Assistência Judiciária Gratuita.

Posto isto, determino a intimação do autor para em 15 dias recolher as custas, sob pena de cancelamento da distribuição.

Cumpra-se.

Picuí, 9 de janeiro de 2018.

ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA
Juiz de Direito

DATA
Recebido nesta data em Cartório.
Picuí, 03/10/19
Assinatura / Rubrica / Carimbo





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUI**

VARA ÚNICA DE PICUI

Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0002847-85.2016.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOSE SANTOS DA MATA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 15/2018, **COMUNICO** a conclusão do procedimento de migração dos autos físicos de **n. 0002847-85.2016.8.15.0271** para o PJe (Processo Judicial Eletrônico) e **INTIMO** as partes, por seus advogados, defensores públicos ou dativos, Fazenda Pública e o Ministério Público, regularmente habilitados perante o sistema de processo eletrônico - PJe, a requerer o que for pertinente, em 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.

João Pessoa/PB, 13 de agosto de 2019.

ELIELTON ALVES DA SILVA
Técnico Judiciário





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUI - VARA ÚNICA**

VARA ÚNICA DE PICUI

Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

ATO ORDINATÓRIO (CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAL - CGJ - TJPB)

Nº DO PROCESSO: 0002847-85.2016.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOSE SANTOS DA MATA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A

De acordo com as prescrições do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, INTIMO a parte autora para, em 15 dias, efetuar o recolhimento das custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição do feito.

Picuí/PB, 9 de fevereiro de 2020.

CAROLINA CORREIA DE MELO SABINO
Técnico Judiciário



segue petição em anexo.





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUI – ESTADO DA PARAÍBA.

PROCESSO Nº. 0002847-85.2016.815.0271

JOSE SANTOS DA MATA, já devidamente qualificado nos Autos dessa Ação de Cobrança, Vem, mui respeitosamente a presença de Vossa Excelência, em atendimento ao despacho proferido para o recolhimento das custas judiciais, que **tendo em vista a sua situação de AGRICULTOR** e ante ao fato de não possuir condições financeiras para arcar com o ônus processual, o requerente **REQUER, que lhe seja concedido uma redução no percentual de 80% (oitenta por cento) no montante das custas prévias, conforme dispõe o § 5º do art. 98 do CPC.**

Ademais, o art. 5º, inciso LXXIV da CF, prescreve que “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. E Já fora decidido pelo Egrégio STJ que a Gratuidade Judiciária pode ser requerida a qualquer momento do processo, A concessão da assistência judiciária gratuita pode ocorrer a qualquer momento do processo, com efeitos não retroativos, razão pela qual com base no decidido pelo STJ no julgamento do Recurso Especial nº. 904.289 – MS, o autor requer a reapreciação do pedido de gratuidade judiciária de forma parcial, segue abaixo a respeitável decisão:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. CONCESSÃO APÓS A PROLAÇÃO DA SENTENÇA. POSSIBILIDADE. EFEITOS EX NUNC. 1. **O pedido de concessão da assistência judiciária pode ser formulado em qualquer momento processual.** Como os efeitos da concessão são ex nunc, o eventual deferimento não implica modificação da sentença, pois a sucumbência somente será revista em caso de acolhimento do mérito de eventual recurso de apelação. 2. O princípio da “invariabilidade da sentença pelo juiz que a proferiu”, veda a modificação da decisão pela autoridade judiciária que a prolatou, com base legal no artigo 463 do CPC, não impõe o afastamento do juiz da condução do feito, **devendo o magistrado, portanto, exercer as demais atividades posteriores,** contanto que não impliquem alteração do decidido na sentença. 3. Recurso especial





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

parcialmente provido. RECURSO ESPECIAL Nº 904.289 - MS
(2006/0257290-2) RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO.

Bem como, nesse mesmo sentido acentua ainda o art. 9º da Lei
1060/50:

*"Art. 9º Os benefícios da assistência judiciária compreendem todos os atos
do processo até a decisão final do litígio, em todas as instâncias".*

Logo, vale ressaltar que o Magistrado poderá conceder a gratuidade de
justiça em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou reduzir percentual de despesas
processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento (art.98, §5º do CPC).

Por fim, "*considerada a **presunção relativa de veracidade da declaração
de hipossuficiência jurídica da parte, é facultado ao juízo, para fins de concessão dos benefícios
da gratuidade de justiça, investigar a real situação financeira do requerente***" (STJ, AgRg no AREsp
296.675/MG, rel. Min. Sérgio Kukina, j. 9-4-2013).

Ademais, o recolhimento das custas devidas é necessário para fazer
frente aos gastos pela movimentação da máquina da Justiça Estadual, sendo certo que as custas
judiciais decorrem da utilização efetiva de um serviço público e são destinadas a atividades
específicas da Justiça – art.98, §2º da CF.

Cabe ao Juiz, assim, dirigir o processo e zelar pela correta aplicação da
lei, de forma que o benefício postulado seja concedido somente àqueles que preencherem os
seus pressupostos legais.

No caso, à parte que comprovar a indisponibilidade de recursos para
promover o custeio do processo sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família.

Aliás, é sabido que as custas judiciárias da Paraíba têm valor
demasiadamente elevado em relação à realidade econômica de nosso estado, sobretudo se
tomada como referência a nossa comarca, razão por que desde já a parte autora **requer a
concessão da GRATUITA JUDICIÁRIA DE FORMA PARCIAL**, dispensando o autor do pagamento
de todas as verbas do art. 98, §1º CPC/2015, **remanescendo o dever de pagar custas judiciais
(custas + taxas) e diligências do oficial de justiça, ambas reduzidos ao percentual de 20% do
valor original (80% de desconto).**

Registre-se que o Novo Código de Processo Civil conferiu à parte
prerrogativas menos onerosas de custeio do processo, a exemplo do desconto e parcelamento
das custas processuais (art. 98, § 6º). Além disso, permitiu que o juiz conceda o benefício somente





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

em relação a algum ato específico (art. 98, § 5º), conforme faz prova a transcrição de tal dispositivo legal abaixo:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

§ 1º A gratuidade da justiça compreende:

...

*§ 5º A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, **ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento. (grifos nossos)***

Desta forma, fica demonstrado a precária situação econômica do requerente, fazendo-se necessária a concessão da Justiça Gratuita, mesmo que de forma parcial, viabilizando o amplo acesso ao Judiciário.

Por fim, diante do exposto, o autor **requer a CONCESSÃO DA JUSTIÇA GRATUITA DE FORMA PARCIAL e que lhe seja deferido uma redução de percentual de 80% (oitenta por cento) no montante das custas prévias, conforme dispõe o § 5º do art. 98 do CPC, e, principalmente conforme a nova ferramenta disposta pelo TJPB que permite ao juiz conceder descontos e parcelamentos nas custas processuais. E provando a sua boa-fé, o autor requer por fim a juntada do comprovante de pagamento das custas processuais com 80% (oitenta por cento).** E como já recolhera as custas prévias, a autora, ao final, requer que seja determinada a citação da ré e a consequente tramitação normal dos autos.

Nestes Termos,
Pede e espera deferimento.

Picuí – PB, 03 de março de 2020.

NILO TRIGUEIRO DANTAS
OAB-PB 13.220.



Guia de Custas - 027.2020.600049


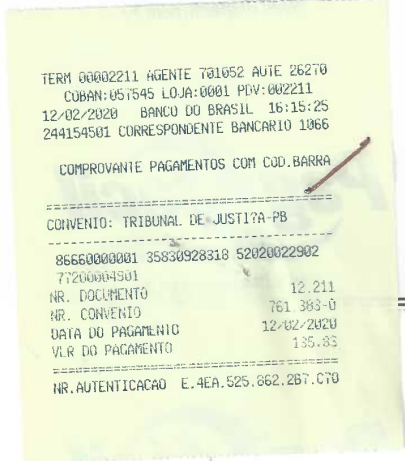
Dados Gerais
Tipo da Guia: Custas Ocasionais de Destituição do Benefício da Justiça Gratuita
Processo: 0002847-85.2016.8.15.0271
Data de Emissão: 12/02/2020
Data de Vencimento: 29/02/2020
Situação: Pendente
Informações Específicas
Valor da Causa: R\$ 9.450,00

Esses valores em reais são baseados no valor da UFR no momento da solicitação da Guia. Caso ela tenha sido parcelada, os valores das parcelas serão alterados de acordo com o valor da UFR.

Detalhamento dos Valores			
Receita	Valor Total	Desconto	Valor Final
Custas Judiciais 1º Grau	R\$ 515,10 (10 UFR)	80%	R\$ 103,02 (2 UFR)
Taxa Judiciária	R\$ 141,75 (2,75189 UFR)	80%	R\$ 28,35 (0,55038 UFR)
Despesas Postais	R\$ 15,56 (0,30208 UFR)	80%	R\$ 3,11 (0,06042 UFR)
TotalR\$ 134,48 (2,61079 UFR)			



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 027.7.20.00049/01
N° do Processo: 0002847-85.2016.815.0271 Comarca: Picuí Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7			Data de emissão: 12/02/2020
Número da guia: 027.2020.600049 Tipo da Guia: Custas Ocasionais de Destituição do Benefício da Justiça Gratuita			Data de vencimento: 29/02/2020
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 103,02 - Taxa Judiciária: R\$ 28,35 - Despesas processuais postais: R\$ 3,11 - Taxa bancária: R\$ 1,35			UFR vigente: - R\$ 51,51
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
866600000016 358309283184 520200229026 772000049019 			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 673,76
			Desconto total: R\$ 537,93
			Valor final: R\$ 135,83

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 027.7.20.00049/01
N° do Processo: 0002847-85.2016.815.0271 Comarca: Picuí Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7			Data de emissão: 12/02/2020
Número da guia: 027.2020.600049 Tipo de Guia: Custas Ocasionais de Destituição do Benefício da Justiça Gratuita			Data de vencimento: 29/02/2020
Promovente: JOSE SANTOS DA MATA Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A			UFR vigente: R\$ 51,51
Detalhamento: - Despesas processuais postais: - Cartas			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
R\$ 3,11 R\$ 15,56			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 673,76
			Desconto total: R\$ 537,93
			Valor final: R\$ 135,83





Tribunal de Justiça da Paraíba

Vara Única de Picuí

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) Nº 0002847-85.2016.8.15.0271

DESPACHO

Vistos, etc

Defiro o desconto no valor das custas no percentual requerido na petição retro e, tendo verificado a confirmação do recolhimento das custas, dou impulsionamento ao feto.

Deixo de designar a audiência prevista no art. 334 do CPC, tendo em vista que este Juízo não dispõe de núcleo de mediação e/ou conciliação.

Sendo assim, cite-se o promovido para apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Apresentada a contestação, intime-se a parte autora à réplica, no prazo de 15 (quinze) dias.

Cumpra-se independentemente de novo despacho.

Picuí, data e assinatura eletrônicas.



Anyfrancis Araújo da Silva

Juiz de Direito





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUÍ**

VARA ÚNICA DE PICUÍ

Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

MANDADO DE CITAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0002847-85.2016.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOSE SANTOS DA MATA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

O MM. Juiz de Direito da Vara Única de Picuí, manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite a
p a r t e :

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5, 6, 9, 14 e 15 Andares, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ -
C E P : 2 0 0 3 1 - 2 0 5**

para apresentar defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da juntada aos autos do mandado cumprido, sob
pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte promovente na petição inicial.

Segue, abaixo informado, o link para visualização da contrafé (petição inicial).

Picuí/PB, 28 de julho de 2020.

De ordem, LOURDEMAR VERAS FARES DAVID
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ (PETIÇÃO INICIAL), ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR
DO DOCUMENTO:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
[VOL 1][Petição Inicial]	Petição Inicial	19042411091000000000020187466
Ato Ordinatório	Ato Ordinatório	19081316262368000000022756211
Ato Ordinatório	Ato Ordinatório	19081316262368000000022756211
Expediente	Expediente	20020911205217600000027107185



Petição pagamento custas 80%	Petição	20030308345474500000027668635
2.JoseSantosMata_Pagamento Custas 80 por cento	Outros Documentos	20030308345483700000027668638
3.JoseSantosMata_Demonstrativo Custas	Documento de Comprovação	20030308345494700000027668639
4.JoseSantosMata_Custas quitadas	Guias de Recolhimento/ Deposito/ Custas	20030308345504900000027668640
Despacho	Despacho	20072308202549100000031183333

